

META 5

LEITURA OBRIGATÓRIA

Legislação: CRFB/88, arts. 18 – 41;

Doutrina: **ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO**; Federalismo; Forma, Sistema e Regime de Governo. União. **Competências Administrativas e Legislativas** (CRFB/88, arts. 21 – 24).

EXERCÍCIO

1. (FGV – VII EXAME DE ORDEM UNIFICADO, 2012) O Governador do Estado K, preocupado com o resultado da balança comercial do seu Estado, conhecido pelo setor exportador, pretende regular a importação de bens de determinados países, apresentando, nesse sentido, projeto de lei à Assembleia Legislativa. Em termos de competência legislativa, esse tema é, nos termos da Constituição Federal,

- a) dos Estados
- b) da União.
- c) do Distrito Federal
- d) dos Municípios.

2. (FGV – VI EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Assinale a alternativa que relacione corretamente o cargo político e o sistema eleitoral adotado.

- a) Governador: sistema proporcional de dois turnos.
- b) Prefeito: sistema majoritário de maioria simples para municípios com menos de 200 mil eleitores.
- c) Congressista: sistema proporcional.
- d) Vereador: sistema distrital.

3. (FGV – V EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Os Estados são autônomos e compõem a Federação com a União, os Municípios e o Distrito Federal. À luz das normas constitucionais, quanto aos Estados, é correto afirmar que

- a) podem incorporar-se entre si mediante aprovação em referendo.
- b) a subdivisão não pode gerar a formação de novos territórios.
- c) o desmembramento deve ser precedido de autorização por lei ordinária.
- d) se requer lei complementar federal aprovando a criação de novos entes estaduais.

4. (FGV – V EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Lei estadual que regulamenta o serviço de mototáxi é

- a) constitucional porque se trata de competência legislativa reservada aos Estados.
- b) constitucional porque se trata de competência legislativa remanescente dos Estados.

- c) inconstitucional porque se trata de competência legislativa dos Municípios.
- d) inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União.

5. (FGV – IV EXAME DE ORDEM UNIFICADO) A respeito da distribuição de competências adotada pela Constituição brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) A competência material da União pode ser delegada aos Estados, por lei complementar.
- b) À União compete legislar sobre direito processual e normas gerais de procedimentos.
- c) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa dos Municípios, pois é matéria de interesse local.
- d) A competência para legislar sobre defesa dos recursos naturais é privativa da União, pois é matéria de interesse nacional.

6. (FGV – EXAME DE ORDEM UNIFICADO, 2010.2) Um determinado Estado-membro editou lei estabelecendo disciplina uniforme para a data de vencimento das mensalidades das instituições de ensino sediadas no seu território. Examinada a questão à luz da paridade de competência entre os entes federativos, é correto afirmar que:

- a) mensalidade escolar versa sobre direito obrigacional, portanto, de natureza contratual, logo cabe à União legislar sobre o assunto.
- b) a matéria legislada tem por objeto prestação de serviço educacional, devendo ser considerada como de interesse típico municipal.
- c) por versar o conteúdo da lei sobre educação, a competência do Estado-membro é concorrente com a da União.
- d) somente competirá aos Estados-membros legislar sobre o assunto quando se tratar de mensalidades cobradas por instituições particulares de Ensino Médio.

7. (FGV - 2008 - Senado Federal - Técnico Legislativo - Processo Legislativo) Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Os Estados e o Distrito Federal possuem autonomia política, e os municípios detêm apenas autonomia administrativa e financeira.
- c) Os Territórios Federais não possuem autonomia política e integram a União.
- d) Brasília é a Capital Federal.
- e) A federação brasileira é indissolúvel e a forma federativa do Estado Brasileiro constitui cláusula pétrea da Constituição.

8. (FGV - 2011 - TRE-PA - Técnico Judiciário - Segurança Judiciária) Acerca do regime federativo, consagrado na Constituição de 1988, de modo a distribuir as funções, receitas e responsabilidades entre um poder central e diversos poderes locais, analise as afirmativas a seguir:

I. A aprovação superveniente de lei federal suspende, em qualquer âmbito, a eficácia da lei estadual em vigor no que lhe for contrária.

II. A Federação brasileira inclui os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e a União.

III. Inexiste divisão de competências na federação brasileira, uma vez que a Constituição determina competências comuns aos Estados e à União.

IV. O sistema federativo implica a divisão de receitas e competências entre os entes da Federação, nos termos da Constituição.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

9. (FGV - 2008 - Senado Federal – Advogado) Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Não é possível a edição de medidas provisórias pelos governadores dos Estados-membros, mesmo que haja previsão expressa na Constituição Estadual.
- b) A Constituição Federal, ao conferir aos Estados-membros a capacidade de auto-organização e autogoverno, impõe a observância de vários princípios, entre os quais o pertinente ao processo legislativo, de modo que o legislador estadual não pode validamente dispor sobre as matérias reservadas à iniciativa privativa do Chefe do Executivo.
- c) A jurisprudência dos tribunais superiores considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal como modelos obrigatórios às leis orgânicas dos Municípios.
- d) O Poder Constituinte Estadual é denominado de "derivado decorrente", pois consiste na possibilidade que os Estados-membros têm de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal.
- e) A autonomia dos Estados da Federação se caracteriza pela tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e auto-administração.

10. (FGV - 2008 - Senado Federal – Advogado) Sobre a repartição constitucional de competências dos entes federativos, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- c) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito tributário, eleitoral, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- d) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.



GABARITO				
1 - B	2 - B	3 - D	4 - D	5 - B
6 - A	7 - B	8 - A	9 - A	10 - C